



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 30 de setembro de 2022
(Data de extinção da sociedade)



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi marcado pelo processo de incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., que passa a contar com um novo nome fantasia: **Infra S.A.**

A operação societária teve como objetivos principais a racionalização da Administração Pública, diante de uma tendência de desestatização de serviços públicos em decorrência do atual cenário de restrição fiscal e limitação de gastos e a gestão do conhecimento proveniente do capital intelectual da empresa.

Com a finalização do processo de incorporação, a expectativa é a obtenção de ganhos de receita e de eficiência na prestação dos serviços para a sociedade, além de permitir maior economia nos custos gerais e melhor gestão gerencial de forças e conhecimentos, ampliando a capacidade de investimento do Estado. Essa reorganização administrativa vai ao encontro do objetivo da instituição de “redução do custo por meio da racionalização das suas despesas”.

Até a conclusão da incorporação, a EPL não reduziu ou alterou seu foco de entregas. Os projetos em andamento avançaram com regularidade, sempre com o propósito de produzir os melhores resultados para o planejamento da infraestrutura de transportes do país e no suporte e subsídios para o programa de concessões do Ministério da Infraestrutura.

Seus esforços podem ser verificados pelo resultado da companhia, a qual extingue sua personalidade jurídica em 30 de setembro de 2022, com o maior lucro desde sua criação: R\$ 12.765.240 (doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais) e apresentando considerável evolução comparado ao exercício de 2021, no qual apurou lucro de R\$ 8.928.594 (oito milhões, novecentos e vinte e oito mil e quinhentos e noventa e quatro reais).

Os estudos elaborados permitiram uma arrecadação de receita própria em montante igual a R\$ 23.745.512 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais). Além disso, considerando a melhora da conjuntura econômica em um cenário de redução de restrições antes impostas por conta da pandemia causada pela Covid-19, houve aumento na taxa efetiva do rendimento de aplicação financeira. Com isso, os rendimentos financeiros decorrentes da aplicação financeira mantida pela EPL alcançaram o montante de R\$ 4.175.642 (quatro milhões, cento e setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais), valor 300% superior se comparado a R\$ 861.902 (oitocentos e sessenta e um mil novecentos e dois reais) em 2021.

A EPL deixa em caixa um montante de recursos próprios correspondente a R\$ 70.951.352 (setenta milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais), os quais foram repassados, em razão da incorporação, à Infra S.A. e poderão ser utilizados para financiar novos estudos, adquirir bens e financiar despesas de custeio, desde que haja autorização do acionista por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA.

O legado da EPL agora será transformado em objetivos estratégicos na Infra S.A. A empresa nasce com a missão de fomentar o desenvolvimento e a inovação da infraestrutura de transporte e logística no Brasil de forma sustentável, por meio da realização de diagnósticos, estudos e planejamento de Infraestrutura de transportes multimodal. Todos esses produtos apoiarão a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas, além do desenvolvimento de modelagem de concessão de ativos.

A empresa também atuará nas obras de engenharia ferroviária e em projetos de caráter estratégico para transformação digital e modernização da infraestrutura, suporte para gestão ambiental e territorial de projetos de infraestrutura, prestação de consultoria sobre infraestrutura para União, Estados e Municípios, e a gestão do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e).

Mateus Szwarcwing
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Alessandro Reichert
Diretor de Planejamento

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Balanco Patrimonial

Em 30 de setembro de 2022 (Data de extinção da sociedade) e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)



	Nota	30/09/2022	31/12/2021		Nota	30/09/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	76.637.095	45.711.164	Obrigações com pessoal	14	5.356.932	4.604.636
Créditos a receber		-	346.975	Tributos Retidos na Fonte	15	2.210	125.121
Acordo de Parceria	6	12.993.292	15.201.462	Fornecedores	16	10.468	457.481
Tributos a recuperar	7	816	253.065	Tributos a recolher	17	286.372	428.276
Adiantamento a empregados	8	849.431	322.111	Termo de Execução Descentralizada	6	17.145.161	15.201.462
Estoques	9	275.953	75.262	Arrendamento mercantil	18	2.672.554	2.448.406
Despesas antecipadas	10	800.331	964.715				
Total Circulante		91.556.918	62.874.754	Total Circulante		25.473.697	23.265.382
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	19	2.729.120	2.856.289
Depósitos recursais/judiciais	11	664.470	664.470	Arrendamento mercantil	18	2.728.583	4.739.909
Imobilizado	12	6.124.209	8.432.857	Total Não Circulante		5.457.703	7.596.198
Intangível	13	110.529.431	100.732.565	Patrimônio Líquido			
Total Não Circulante		117.318.110	109.829.892	Capital Social	20	169.406.318	139.925.013
				Prejuízos Acumulados	21	(14.798.012)	(27.563.252)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22	23.335.322	29.481.305
				Total do Patrimônio Líquido		177.943.628	141.843.066
TOTAL DO ATIVO		208.875.028	172.704.646	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		208.875.028	172.704.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Resultado

Em 30 de setembro de 2022 (Data de extinção da sociedade) e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)



	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 30/09/2022</u>	<u>01/01 a 31/12/2021</u>
Receita Líquida		7.494.646	4.913.475
Custo do Serviço Prestado		(5.677.687)	(4.038.768)
Resultado Bruto	23	<u>1.816.959</u>	<u>874.707</u>
Receitas e Despesas Operacionais:			
Pessoal e Encargos	24	(19.596.574)	(28.386.527)
Serviços de Terceiros	25	(9.728.679)	(8.567.338)
Depreciação e Amortização	26	(2.428.192)	(3.229.073)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	27	(3.695.036)	(628.296)
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	28	43.118.897	49.121.385
Total das Receitas e Despesas Operacionais		<u>7.670.416</u>	<u>8.310.151</u>
Resultado Financeiro:			
Receita Financeira		7.999.565	3.671.094
Despesa Financeira		(1.099.025)	(2.066.019)
Total do Resultado Financeiro	29	<u>6.900.540</u>	<u>1.605.075</u>
Resultado Operacional Líquido		<u>16.387.915</u>	<u>10.789.933</u>
Outras Receitas e Despesas:			
Outras Receitas		11.351.203	11.261.332
Outras Despesas		(11.086.035)	(10.280.207)
Total Outras Receitas e Despesas:	30	<u>265.168</u>	<u>981.125</u>
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		<u>16.653.083</u>	<u>11.771.058</u>
Tributos sobre o lucro:			
Imposto de Renda		(2.853.498)	(2.070.063)
Contribuição Social		(1.034.345)	(772.401)
Total dos Tributos sobre o Lucro	31	<u>(3.887.843)</u>	<u>(2.842.464)</u>
Resultado Líquido do Período	32	<u>12.765.240</u>	<u>8.928.594</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2022 (Data de extinção da sociedade) e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167
Integralização de Capital	26.527.763	(26.527.763)	-	-
AFAC	-	26.970.689	-	26.970.689
Resultado Líquido 3º trimestre 2021	-	-	8.047.692	8.047.692
Saldo em 30 de setembro de 2021	139.925.013	26.970.689	(28.444.154)	138.451.548
Saldo em 31 de dezembro de 2021	139.925.013	29.481.305	(27.563.252)	141.843.066
Integralização de Capital	29.481.305	(29.481.305)	-	-
AFAC	-	23.335.322	-	23.335.322
Resultado Líquido 3º trimestre 2022	-	-	12.765.240	12.765.240
Saldo em 30 de setembro de 2022	169.406.318	23.335.322	(14.798.012)	177.943.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 30 de setembro de 2022 (Data de extinção da sociedade) e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	28	43.118.897	49.121.385
Termo de Execução Descentralizada		5.885.605	11.974.237
Receita de Prestação de Serviços	33	8.449.127	4.964.185
Ressarcimento de estudos e projetos	33	15.165.191	13.853.495
Receita Aplicação Financeira	33	4.175.642	861.902
Receita Eventual (multas aplicadas)		9.508	4.597
Devolução de diárias		14.241	8.973
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(25.674.087)	(33.041.073)
Fornecedores		(13.434.341)	(12.957.582)
Acordo de Cooperação Técnica		(1.733.736)	(11.974.237)
Depósito Recursal / Judicial		-	(76.512)
Despesas Tributárias	34	(4.895.738)	(3.262.033)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	33	31.080.309	19.477.337
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Acordo de Parceria		(8.791.384)	(14.035.065)
Aquisição Intangível		(14.313.938)	(15.446.240)
Aquisição de Estoque		(230.000)	-
Aquisição de imobilizado		(154.378)	(1.320.995)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	35	(23.489.700)	(30.802.300)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	35	23.335.322	29.481.305
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos		23.335.322	29.481.305
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		30.925.931	18.156.342
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		45.711.164	27.554.822
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		76.637.095	45.711.164
		30.925.931	18.156.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 30 de setembro de 2022 (Data de extinção da sociedade) e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)



	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado do exercício	12.765.240	8.928.594
Outros valores abrangentes	14.028	54.365
Resultado abrangente do exercício	12.779.268	8.982.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de setembro de 2022 (Data de extinção da sociedade) e 31 de dezembro de 2021

1. Contexto Operacional e Extinção da Sociedade por Incorporação

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, entre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes e Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante determinado período. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.

Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores), e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia e de diagnósticos logísticos e portuários.

1.2 Extinção da Sociedade por Incorporação

Em 30 de setembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a União votou pela aprovação da incorporação da EPL pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., inscrita no CNPJ 42.150.664/0001-87 e que passa a contar com o nome fantasia: **Infra S.A.**, extinguindo-se a incorporada nos termos do § 3º, art. 227 da Lei 6.404/76.

Os dados apresentados nestas Demonstrações Financeiras destinam-se ao cumprimento das obrigações da companhia até a data da sua efetiva extinção.

O patrimônio aqui apresentado foi incorporado aos saldos da Infra S.A., na data do evento da incorporação, qual seja: 30/09/2022.

2. Impactos Causados pela Covid-19

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa. As medidas de precaução adotadas mantiveram baixa a taxa de infecção por COVID-19 de seus colaboradores no período e boas práticas permanecem, mesmo após o encerramento de emergência.

Em 2022 houve obtenção de receitas relacionadas a processos licitatórios e contratos celebrados, em montante igual a R\$ 23.745.512 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais), no entanto, não se descarta, mesmo que com menor impacto, a possibilidade de adiamento de leilões de arrendamento e/ou concessões que possam ocorrer devido à pandemia.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

3.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das demonstrações financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações financeiras fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Essas informações foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e devem ser lidas em conjunto.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

3.3. Adoção CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver

assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem, deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O passivo de arrendamento deve ser reavaliado na ocorrência de determinados eventos, tais como renovação do contrato e alterações de índices ou taxas utilizadas para o cálculo do valor presente do arrendamento. Via de regra, o valor da revisão do passivo de arrendamento será reconhecido em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2020, a EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco no qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Neste caso, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

4. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;

- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;
- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR) quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- g) Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Recurso Aplicado	-	33.073.581
Rendimento	-	10.912.133
Aplicação Financeira	-	43.985.714
400 - Recursos Próprios	70.951.352	-
400 - Termo de execução de Descentralizada	4.151.869	-
310 - Pagamento de Pessoal	1.418.736	1.584.086
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	41.729	41.461
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	30.712	99.903
307 - Outros Pagamentos de Pessoal - SIAPE	22.666	-
409- Emendas Resultado EOF	15.953	-
987 - Devolução de Despesa	141	-
Tesouro Limite de Saque	76.633.158	1.725.450
Caução Contratual	3.937	-
Caução Contratual	3.937	-
Total Caixa e equivalentes de caixa	76.637.095	45.711.164

Os recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes que estavam aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.986/2022, foram resgatados em razão do processo de incorporação.

A seguir apresenta-se a movimentação da aplicação financeira:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2021	Aplicação	Rendimento	IRRF sobre Rendimento	Resgate	Saldo em 30/09/2022
Caixa Econômica Federal	43.985.714	21.119.552	4.175.642	(909.315)	(68.371.593)	-
Total	43.985.714	21.119.552	4.175.642	(909.315)	(68.371.593)	-

Em 2022, os estudos elaborados permitiram uma arrecadação de receita própria em montante igual a R\$ 23.745.512 (vinte e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e doze reais). Assim, a EPL extingue sua personalidade jurídica com um montante de recursos próprios correspondente a R\$ 70.951.352 (setenta milhões, novecentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais), os quais foram repassados à INFRA S.A. e poderão ser aplicados e/ou utilizados para financiar novos estudos, adquirir bens e financiar despesas de custeio, desde que haja autorização do acionista por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Os demais valores registrados na conta limite de saque tratam-se:

- i) de Termo de Execução de Descentralizada, no valor de R\$ 4.151.869 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais), cedido pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA) para apoio em projetos de encerramento licitações e relitações; e

ii) do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas categorias apresentadas, sendo os valores mais relevantes relacionados à folha de pagamento de pessoal.

6. Acordo de Parceria e Termo de Execução Descentralizada (TED)

	Vigência	Saldo em 31/12/2021	Aporte	Baixa	Saldo em 30/09/2022
Acordo de Parceria PNUD	(a)	15.201.462	1.733.736	(3.941.906)	12.993.292
Total Ativo		15.201.462	1.733.736	(3.941.906)	12.993.292
TED nº 001/2020	11/2020 a 05/2022	3.941.906	-	(3.941.906)	-
TED nº 001/2021	07/2021 a 07/2022	3.067.037	1.733.736	-	4.800.773
TED nº 002/2021	07/2021 a 07/2023	4.160.644	-	-	4.160.644
TED nº VCP/2021	10/2021 a 10/2022	2.526.156	-	-	2.526.156
TED nº ASGA/2021	10/2021 a 10/2022	1.505.719	-	-	1.505.719
TED nº 001/2022	07/2022 a 01/2024	-	2.197.642	-	2.197.642
TED nº 002/2022	07/2022 a 01/2024	-	1.954.227	-	1.954.227
Total Passivo		15.201.462	5.885.605	(3.941.906)	17.145.161

(a) Conforme data limite da prestação de contas pela EPL.

Entre os exercícios de 2020 e 2022 a EPL recebeu recursos oriundos dos Termos de Execução Descentralizada (TED) acima apresentados, os quais foram cedidos pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA) visando a contratação de pessoa jurídica para apoio ao encerramento de concessões, avaliação independente do cumprimento de obrigações constantes em termos de relicitação, bem como apoio especializado no acompanhamento de relicitações.

O montante de R\$ 16.935.198 (dezesseis milhões, novecentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e oito reais), relativos aos TEDs nºs 01/2020; 01/2021; 02/2021; VCP/2021 e ASGA/2021, foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD, bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL.

Cumprir destacar que o Relatório Final de Cumprimento do Objeto do TED nº 01/2020, no valor de R\$ 3.941.906 (três milhões, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e seis reais), foi apresentado à SFPP em 17/05/2022, tendo sido aprovado pelos fiscais. Em setembro de 2022, a SFPP realizou a baixa dos registros no SIAFI automaticamente baixando o saldo de passivo registrado na EPL. Concomitantemente, a EPL baixou referido valor do adiantamento concedido ao PNUD.

O montante de R\$ 4.151.869 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e nove reais), relativo aos TEDs nºs 01/2022 e 02/2022, permanece em caixa para futura utilização.

7. Tributos a recuperar

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo Negativo IRPJ	816	253.065
Total	816	253.065

O valor residual de tributos a recuperar refere-se a saldo negativo de imposto de renda.

8. Adiantamento a Empregados

	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamento 13º Salário	729.523	80.864
Adiantamento de Férias	113.646	171.593
Outros Valores	6.262	69.654
Total	849.431	322.111

Os adiantamentos a empregados referem-se a férias e 13º salário e são concedidos em consonância com a legislação trabalhista.

A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2022, conforme prazo estipulado pelo governo federal.

9. Estoques

	30/09/2022	31/12/2021
Serviços em Elaboração	203.280	-
Almoxarifado	72.673	75.262
Total	275.953	75.262

Os estoques de serviços em elaboração referem-se ao custo com contratação de terceiros para atendimento do Contrato nº 20/2020, firmado entre a EPL e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, cujo objeto é a prestação de serviços de atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ's dos referidos portos, bem como com a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto conceitual para implantação, operação e manutenção de sistema de *Vessel Traffic Service* (VTS).

Apresenta-se a seguir a movimentação dos estoques de serviço em elaboração:

Contrato	Porto	Saldo em 31/12/2021	Entrada	Reclassificação (a)	Saída	Saldo em 30/09/2022
12/2021 - Planave	Portos Paranaguá e Antonina/PR	-	208.725	-	(208.725)	-
19/2021 - Hidrotopo	Portos Paranaguá e Antonina/PR	-	-	203.280	-	203.280
Estudos e Projetos em Andamento		-	208.725	203.280	(208.725)	203.280

(a) Estudo referente a 12/2021, reclassificado do Intangível para Estoque, pelo valor líquido de PIS e COFINS a recuperar.

O Contrato 12/2021 foi apropriado como custo no resultado quando do faturamento da prestação dos serviços.

Cumpra mencionar que, relativamente a estes contratos, parte do valor pago é registrado como tributos a recuperar, sendo compensado nas apurações mensais de PIS e COFINS.

Em relação aos valores registrados a título de almoxarifado, referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação da EPL, no âmbito da infraestrutura física e administrativa, composto, basicamente, por materiais de escritório e demonstrado pelo custo médio de aquisição.

10. Despesas Antecipadas

	30/09/2022	31/12/2021
Assinaturas anuais	561.229	893.125
Seguros de Responsabilidade Civil	125.283	71.590
Condomínio e aluguel	78.546	-
IPTU	35.273	-
Total	800.331	964.715

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se as assinaturas de softwares como serviço com vigência de 12 meses, e os serviços de manutenção de licenças perpétuas de softwares de modelagem de transportes.

11. Depósitos Recursais/Judiciais

	30/09/2022	31/12/2021
Depósito Recursal	374.060	374.060
Depósito Judicial	290.410	290.410
Total	664.470	664.470

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. O montante registra-se no Ativo Realizável a Longo Prazo levando-se em consideração a manifestação da PROJUR de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

12. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação %	Depreciação Acumulada até 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação do Período	Saldo em 30/09/2022
Computadores e Periféricos	8.711.845	20%	(7.485.203)	1.226.642	154.378	(217.500)	1.163.520
Equipamentos Energia Elétrica	2.521.846	10%	(2.127.324)	394.522	-	(189.138)	205.384
Mobiliário em Geral	2.396.255	10%	(2.013.676)	382.579	-	(179.719)	202.860
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818	10%	(865.198)	343.620	-	(181.323)	162.297
Equipamentos de Telecomunicação	250.950	20%	(250.950)	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	197.455	10%	(87.872)	109.583	-	(14.809)	94.774
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968	10%	(61.703)	15.265	-	(5.773)	9.492
Biblioteca	25.959	10%	(15.087)	10.872	-	(1.947)	8.925
Aparelhos	14.216	10%	(10.135)	4.081	-	(1.066)	3.015
Aparelho de Medição e Orientação	3.200	10%	(3.200)	-	-	-	-
Utensílio de Copa e Cozinha	6.151	10%	(2.824)	3.327	-	(461)	2.866
Total Bens Móveis	15.413.663		(12.923.172)	2.490.491	154.378	(791.736)	1.853.133
Direito de uso (a)	11.141.936		(5.199.570)	5.942.366	-	(1.671.290)	4.271.076
Total Bens Imóveis	11.141.936		(5.199.570)	5.942.366	-	(1.671.290)	4.271.076
Total Imobilizado	26.555.599		(18.122.742)	8.432.857	154.378	(2.463.026)	6.124.209

(a) Direito de uso reconhecido conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 18. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas –, seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como: mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, por depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo, o qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade

de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo-benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação, tendo como parâmetro precípua de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 30 de setembro de 2022, representava apenas 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento). Além disso, também é avaliado o preço de mercado e o saldo patrimonial dos bens adquiridos desde a data da avaliação realizada pela empresa MAKE.

13. Intangível

Contrato	Rodovia/Porto	Saldo em 31/12/2021	Investimentos no Período	Reclassificação	Baixa	Saldo em 30/09/2022
01/2019 - Acordo IFC	Anel de Integração	39.671.622	-	-	-	39.671.622
13/2017 - IFC	BR-153/080/414/TO/GO BR-116/101/SP/RJ (Dutra) BR-040/495/MG/RJ (Concer) BR-116/493/RJ/MG (CRT)	13.286.892	559.145	-	(3.505.255) (a)	10.340.782
02/2021 - Acordo BID	Malha Rodoviária de SC	-	7.128.367	-	-	7.128.367
05/2019 - MRS	EF-170	6.550.677	-	-	-	6.550.677
12/2013 - STE	BR-116	6.502.864	-	-	(6.502.864) (a)	-
11/2018 - Egis/ Engemin	BR/364/MT/RO	3.799.632	251.713	-	-	4.051.345
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	3.908.420	-	-	-	3.908.420
16/2021 - SKILL	BR 158/MT - Trecho Norte e Sul	458.560	3.193.944	-	-	3.652.504
CT 06/2022 - Consórcio EF 170	EF-170	-	3.246.980	-	-	3.246.980
SR/MT 762/2020 - MRS	BR -158/MT -Trecho Norte	-	2.659.763	-	-	2.659.763
17/2015 - MRS	BR-364	2.655.207	-	-	-	2.655.207
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	-	2.606.158
02/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-155/158/MT/PA BR-135/316/MA BR-163/MS	483.940	1.404.779	-	-	1.888.719
03/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-060/153/262/DF/GO/MG BR-040/DF/GO/MG	970.441	782.909	-	-	1.753.350
01/2021 - Acordo IFC	FICO 1 - Mara Rosa - Água Boa FICO 2 - Lucas do Rio Verde - Água Boa FIOL 2 - Caetité - Barreiras FIOL 3 - Barreiras - Florianópolis	-	1.663.017	-	-	1.663.017
17/2021 - EVTEA Aeroportos Amazonas	Bloco de Aeroportos do Amazonas	-	1.626.272	-	-	1.626.272
11/2020 - Consórcio Demarest	Porto Organizado de Itajaí - SC	839.872	-	-	-	839.872
03/2018 - Ecossistema	BR 040	770.556	-	-	-	770.556
09/2021 - MRS	BR 158/MT - Contorno Leste	54.549	370.820	-	-	425.369
19/2021 - Hidrotopo	Portos Paranaguá e Antonina/PR	224.000	-	(224.000)	-	-
13/2022 - Consorcio Ecoplan/Skill/Celtes	BR- 158/MT	-	98.339	-	-	98.339
Estudos e Projetos em Andamento		82.783.390	22.986.048	(224.000)	(10.008.119)	95.537.319
13/2013 - STE - LP nº 519/2015	BR/040	8.026.718	-	-	-	8.026.718
04 2014 - MRS - LP nº 505/2015	BR153/262	4.679.708	-	-	-	4.679.708
15/2014 - PROSUL - LP nº 639/2020	BR-262/MG	2.957.063	-	-	(2.957.063) (b)	-
09/2014 - PROFILL - LP nº 553/2017	BR-153/GO/TO	444.392	-	-	-	444.392
Licença Ambiental		16.107.881	-	-	(2.957.063)	13.150.818
Total Estudos e Projetos em Andamento e Licença Ambiental		98.891.271	22.986.048	(224.000)	(12.965.182)	108.688.137
Licenças e Softwares T.I.		12.207.843	-	-	-	12.207.843
(-) Amortização - taxa 20%		(10.366.549)	-	-	-	(10.366.549)
Cessão de Uso de Programas de Informática		1.841.294	-	-	-	1.841.294
Total Geral		100.732.565	22.986.048	(224.000)	(12.965.182)	110.529.431

(a) Baixa como custo de ressarcimento.

(b) Perda efetiva de licença ambiental consoante nota explicativa nº 27.

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda. Cumpre destacar que a entidade está

avaliando a possibilidade de aplicação de outros pronunciamentos técnicos contábeis em relação ao registro de seus estudos e projetos.

Dentre os estudos, e buscando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população, destaca-se o valor de R\$ 39,6 milhões do Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (*World Bank Group*), é uma instituição financeira internacional com a qual o Brasil mantém parcerias e possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná que serão delegadas à União. São aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente") por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O referido Acordo também visa o ressarcimento dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: "os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários".

Referente ao valor reclassificado, as informações estão dispostas na nota explicativa nº 09 – Estoques.

Em relação à taxa de amortização dos softwares, foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo-benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 30 de setembro de 2022, os softwares representam apenas 0,88% (zero vírgula oitenta e oito por cento) do total do ativo da EPL. O saldo residual refere-se a uma licença perpétua adquirida pela EPL, a qual não sofre amortização nos termos do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

14. Obrigações com pessoal

	30/09/2022	31/12/2021
Provisões de Férias e 13º Salário	3.871.004	2.524.374
Ordenados e Salários a Pagar	1.405.271	1.575.273
INSS/CPSS Patronal	-	451.919
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado/outros	80.657	53.070
Total	5.356.932	4.604.636

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

A variação do período decorre, basicamente, da provisão para 13º salário e respectivos encargos, a qual não possui saldo em 31/12/2021 devido ao fato de seu pagamento efetivo ocorrer no próprio exercício.

15. Tributos Retidos na Fonte

	30/09/2022	31/12/2021
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	2.210	93.893
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	-	31.228
Total	2.210	125.121

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte relacionados à folha de pagamento, inclusive exonerações, e sobre as aquisições de serviços de terceiros.

No mês de setembro de 2022 os tributos foram pagos dentro do mês de sua apropriação, restando apenas saldo relacionado a exonerações. Por esse motivo houve uma variação considerável nos tributos retidos na fonte em relação à 31/12/2021. Esta medida foi adotada para que não ocorresse atraso nos pagamentos em função do tempo necessário à transferência dos saldos contábeis, orçamentários e financeiros à Infra S.A. por meio do SIAFI.

16. Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
Estudos e Projetos	-	105.617
Aluguel de Bens Imóveis e Condomínio	-	326.732
Outros serviços	6.531	25.132
Caução Contratual	3.937	-
Total Passivo	10.468	457.481

Consistem em compromissos assumidos com fornecedores pela EPL até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subsequente ao da entrada da nota fiscal.

Em razão do processo de incorporação, em setembro de 2022 praticamente todos os fornecedores foram pagos dentro do mês de apropriação dos serviços prestados. Esta medida foi adotada para que não ocorresse atraso nos pagamentos em função do tempo necessário à transferência dos saldos contábeis, orçamentários e financeiros à Infra S.A. por meio do SIAFI.

17. Tributos a Recolher

	30/09/2022	31/12/2021
CSLL	205.484	88.669
IRPJ	80.888	186.993
COFINS	-	19.190
PIS	-	39.819
ISS	-	93.605
Total	286.372	428.276

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referem-se ao apurado sobre o lucro do exercício. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) são os apurados sobre o faturamento e sobre as receitas de aplicação financeira, em caso de PIS e COFINS.

Exceto em relação do IRPJ e a CSLL, em razão do processo de incorporação, os tributos apurados em setembro foram pagos dentro do próprio mês. Esta medida foi adotada para que não ocorresse atraso nos pagamentos em função do tempo necessário à transferência dos saldos contábeis, orçamentários e financeiros à Infra S.A. por meio do SIAFI.

18. Arrendamento Mercantil

A tabela abaixo apresenta os pagamentos mínimos de arrendamento considerando-se a data da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, porém, o efeito em resultado foi apresentado no exercício de 2020:

Fluxo de Pagamentos	
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Circulante	4.398.417
Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

Demonstra-se a seguir o passivo correspondente ao reconhecimento do arrendamento, à remensuração do passivo pela alteração de pagamentos futuros devido ao reajuste do valor do contrato realizado em 2021, bem como as movimentações do arrendamento:

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31/12/2019	-	-
Adoção inicial	11.141.936	11.141.936
Remensuração do passivo	496.242	496.242
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)	(1.796.149)
Pagamentos referentes a 2021	(2.079.725)	(2.079.725)
Pagamentos referentes a 2022	(1.787.178)	-
Saldo Final em 31/12/2021	5.401.137	7.188.315
Circulante	2.672.554	2.448.406
Não Circulante	2.728.583	4.739.909
Total Passivo	5.401.137	7.188.315

O quadro a seguir apresenta as prestações não descontadas:

	30/09/2022	31/12/2021
Vencimento das prestações		
2022	837.909	3.351.635
2023	3.351.635	3.351.635
2024	2.234.424	2.234.425
Valores não descontados	6.423.968	8.937.695
(-) Juros embutidos	(1.022.831)	(1.749.380)
Total Passivo arrendamento	5.401.137	7.188.315

19. Provisões para Contingências

	31/12/2021		Ingresso		Baixa		30/09/2022	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.638.526	4	226.141	2	(358.310)	12	1.506.357
Provisões Cíveis	1	1.217.763	-	5.000	-	-	1	1.222.763
Total	11	2.856.289	-	231.141	-	(358.310)	11	2.729.120

As provisões são registradas com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível, entendidas pela PROJUR como perda possível e não passíveis de registros contábeis, apenas de divulgação, nos termos do CPC 25. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

Causas Possíveis	30/09/2022		31/12/2021	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Trabalhistas	3	469.659	5	792.180
Cíveis	4	48.412.149	4	48.412.149
Total		48.881.808		49.204.329

20. Capital Social

	30/09/2022	31/12/2021
Capital Integralizado	169.406.318	139.925.013
Total	169.406.318	139.925.013

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu capital social é constituído pela integralização inicial do capital, bem como pelos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

A última integralização de capital social ocorreu na Reunião Ordinária da Assembleia Geral, de 25 de abril de 2022. Nesta data foram incorporados ao capital os recursos de AFAC disponibilizados no ano de 2021, no montante de R\$ 29.481.305,34 (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e cinco reais e trinta e quatro centavos).

21. Prejuízo Acumulado

	30/09/2022	31/12/2021
Resultado do Exercício	12.765.240	8.928.594
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(27.563.252)	(36.491.846)
Total	(14.798.012)	(27.563.252)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se principalmente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

O Resultado positivo tanto no exercício de 2022 quanto em 2021 deve-se, basicamente, aos faturamentos realizados no período, aos ressarcimentos de licenças ambientais e aos rendimentos de aplicação financeira.

Destaca-se a redução do prejuízo acumulado em função da destinação do lucro obtido no exercício de 2021.

22. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2021	Ingresso	Integralização	Saldo em 30/09/2022
União	29.481.305	23.335.322	(29.481.305)	23.335.322
Total	29.481.305	23.335.322	(29.481.305)	23.335.322

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizados até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

Os recursos de AFAC recebidos em 2021 foram integralizados na Reunião Ordinária da Assembleia Geral, de 25 de abril de 2022.

23. Resultado Bruto

	30/09/2022	31/12/2021
Receita Bruta	8.580.322	5.579.736
Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Portos	5.271.054	4.434.807
Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Rodovias	1.671.850	-
Estudo de Diagnóstico Logístico	1.637.418	1.144.929
Tributos sobre faturamento	(1.085.676)	(666.261)
(-) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(652.104)	(424.060)
(-) Imposto Sobre Serviços (ISS)	(291.997)	(150.135)
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(141.575)	(92.066)
Receita Líquida	7.494.646	4.913.475
Custo do serviço prestado	(5.677.687)	(4.038.768)
(-) Pessoal e Encargos	(5.280.703)	(3.909.596)
(-) Custos com serviços de terceiros	(208.725)	-
(-) Diárias e Passagens	(143.160)	(60.078)
(-) Depreciação	(34.835)	(38.020)
(-) Outros custos	(10.264)	(31.074)
Resultado Operacional Bruto	1.816.959	874.707

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL relativas aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para estruturação de projetos de concessões de rodovias e arrendamentos de áreas portuárias, por meio de leilões realizados pelo Poder Concedente, bem como com a elaboração de Diagnósticos Logísticos e Portuários no âmbito dos contratos firmados com seus clientes. A título de exemplo, destacamos o Contrato nº 003/2021 celebrado entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e a EPL, no montante de R\$ 2.146.875,79 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

24. Pessoal e Encargos

	30/09/2022	31/12/2021
Remuneração pessoal	(13.751.576)	(19.954.847)
Encargos sobre Remunerações	(3.369.297)	(5.337.272)
Alimentação	(815.872)	(1.061.433)
Remuneração dirigentes	(862.107)	(974.690)
Auxílio Creche e Assistência Médica	(356.559)	(405.853)
Remuneração conselheiros	(275.565)	(391.409)
Capacitação	(165.598)	(261.023)
Total	(19.596.574)	(28.386.527)

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros como: alimentação, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

25. Serviços de Terceiros

	30/09/2022	31/12/2021
Serviços Técnicos	(6.604.787)	(4.534.814)
Serviços Administrativos	(2.419.655)	(2.576.015)
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	(704.237)	(851.079)
Estudos e Projetos	-	(605.430)
Total	(9.728.679)	(8.567.338)

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica “Serviços Técnicos” contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos.

A rubrica “Serviços Administrativos” abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom, energia elétrica e serviços continuados de Assistente Administrativo e de Secretária-Executiva.

O aumento dos serviços técnicos no período decorre, principalmente, da contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de base de dados de telefonia móvel necessários ao desenvolvimento de uma matriz origem/destino (O/D) intermunicipal de transporte de pessoas em âmbito nacional. Além disso, ocorreram as baixas das despesas antecipadas, registradas em 2021, referentes às assinaturas de softwares e serviços de manutenção de licenças perpétuas relacionadas a software de modelagem de transportes. Em relação aos serviços administrativos, a variação dos gastos decorre do quantitativo de postos de trabalho de assistentes administrativos a fim de atender às necessidades da EPL.

26. Depreciação e Amortização

	30/09/2022	31/12/2021
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	(1.671.291)	(2.228.387)
Depreciação de Bens Móveis	(756.901)	(836.951)
Amortização de Software	-	(163.735)
Total	(2.428.192)	(3.229.073)

Com a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 31/12/2020 deixou de existir no resultado despesa a título de aluguel da sede, passando a existir a depreciação do direito de uso de bem imóvel e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento.

Não houve amortização no período devido aos softwares terem sido integralmente amortizados, exceto no caso de licenças perpétuas que não são passíveis de amortização nos termos do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

27. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	30/09/2022	31/12/2021
Perda efetiva em licença ambiental	(2.957.063)	-
Diárias e Passagens	(697.347)	(440.088)
Despesas Tributárias	(149.529)	(234.452)
Despesa com Material de Consumo	(18.266)	(120.582)
Constituição de Provisões	127.169	166.826
Total	(3.695.036)	(628.296)

O aumento nas despesas operacionais deve-se, principalmente, à perda efetiva decorrente da baixa da Licença Prévia nº 639/2020, que não mais apresenta perspectiva de remuneração devido ao fato de o trecho da BR-262/MG, relacionado à referida licença, ter sido excluído do âmbito de concessão pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Em relação às diárias e passagens, tendo em vista o retorno das atividades in loco, após a melhora do cenário de restrição vivido por causa da pandemia, houve no período um considerável aumento para avaliar os projetos, para o lançamento de editais e a participação em Leilões decorrentes dos estudos e projetos elaborados pela Empresa.

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças e o Imposto

sobre Operações Financeiras – IOF incidente sobre a transferência de recursos financeiros referentes aos Acordos de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC e nº 02/2021, celebrado entre a EPL e a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

28. Subvenções recebidas do Tesouro Nacional

	30/09/2022	31/12/2021
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	43.118.897	49.121.385
Total	43.118.897	49.121.385

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

29. Resultado Financeiro Líquido

	30/09/2022	31/12/2021
Rendimento de Aplicação Financeira	4.175.642	861.902
Atualização Monetária Ressarcimentos	3.813.988	2.592.163
Outras Receitas Financeiras	9.935	31.210
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(726.548)	(1.641.675)
(-) Despesas Financeiras	(372.477)	(238.525)
Total	6.900.540	1.605.075

Em 2022 a EPL enviou para sua aplicação financeira o montante de R\$ 21.119.552 (vinte e um milhões, cento e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais) arrecadados no exercício. Tal fato, somado à elevação da taxa de rentabilidade da aplicação financeira, permitiu um aumento no rendimento de aplicação superior a 300% comparado ao exercício anterior. Em dezembro de 2021 referida taxa perfazia 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento), passando para 8,55% (oito vírgula cinquenta e cinco por cento) em setembro de 2022.

A atualização monetária aplica-se sobre os custos incorridos com a obtenção de estudos e licenças ambientais ressarcidas no período.

Apresenta-se em separado a despesa financeira procedente de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL, cuja adoção do CPC 06 (R2) ocorreu em 31/12/2020.

As despesas financeiras decorrem basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras.

30. Outras Receitas e Despesas

	30/09/2022	31/12/2021
Ressarcimento de Licença Ambiental	11.351.203	11.261.332
Custo da Licença Ambiental	(11.086.035)	(10.280.207)
Total	265.168	981.125

Em 2022, a EPL obteve ressarcimento e remuneração pela realização de estudos e obtenção de licenças ambientais no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-116/465/493/RJ/MG e, em 2021, no âmbito dos Contratos de Concessões das Rodovias BR-101/290/386/448/RS e BR-153/414/080/TO/GO.

31. Tributos sobre o Lucro

	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	(2.853.498)	(2.070.063)
Contribuição Social	(1.034.345)	(772.401)
Total	(3.887.843)	(2.842.464)

No período houve apuração de tributos sobre o lucro relativos ao IRPJ e à CSLL calculados com base no Lucro Real Anual. A aumento deve-se ao fato de o lucro apurado pela EPL até a data de sua extinção em 30 de setembro de 2022 ter sido consideravelmente superior ao exercício anterior.

32. Resultado Líquido do Período

	30/09/2022	31/12/2021
Resultado líquido do período	12.765.240	8.928.594
Total	12.765.240	8.928.594

A entidade logrou resultado positivo em ambos os exercícios, tendo em vista as receitas próprias obtidas no período pela prestação de serviços técnicos e receitas financeiras decorrentes da aplicação mencionada na nota explicativa "Caixa e equivalentes de caixa".

33. Atividades Operacionais

	30/09/2022	31/12/2021
Receita de Ressarcimento	15.165.191	13.853.495
Receita de Prestação de Serviço	8.449.127	4.964.185
Receita de Aplicação Financeira	4.175.642	861.902
Total Receitas Próprias	27.789.960	19.679.582
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	31.080.309	19.477.337
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	89%	101%

Os recursos obtidos pela EPL a título de receitas próprias contribuem consideravelmente para a geração de caixa nas atividades operacionais da empresa.

34. Despesas Tributárias

	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ	(1.911.098)	(1.687.216)
IRRF s/ Aplicação Financeira	(909.314)	-
CSLL	(844.632)	(694.224)
COFINS	(604.455)	(346.762)
ISS	(331.816)	(110.316)
PIS	(109.622)	(68.918)
Outras despesas tributárias	(184.801)	(354.597)
Saldo líquido	(4.895.738)	(3.262.033)

Os valores dos tributos pagos no exercício correspondem aos apurados sobre o lucro do período, no caso do IRPJ e da CSLL, e sobre os faturamentos, no caso do ISS, PIS e COFINS; além da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. As outras despesas tributárias referem-se, basicamente, a IPTU e IOF, o qual incide sobre a transferência de recursos financeiros referentes aos Acordos de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC e nº 02/2021, celebrado entre a EPL e a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

35. Atividades de Investimento e Financiamento

	30/09/2022	31/12/2021
Elaboração de Estudos e Projetos	(23.335.322)	(29.481.305)
Aquisição de imobilizado	(154.378)	(1.320.995)
Total Atividades de Investimento	(23.489.700)	(30.802.300)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.335.322	29.481.305
Total Atividades de Financiamento	23.335.322	29.481.305

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros por meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL.

A aquisição de bens para o ativo imobilizado foi custeada pelos recursos próprios da EPL.

36. Informações adicionais ao fluxo de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Atividades de investimento		
Direito de uso	-	-
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	-	496.242

Em atendimento ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro acima apresenta as transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa. Trata-se da remensuração do passivo de arrendamento mercantil, em função da alteração nos pagamentos futuros decorrentes do reajuste contratual realizado em 2021, sem efeitos sobre o fluxo de caixa.

37. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.102	121	242	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se ainda que, em caso de exoneração de diretor ou ocupantes de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, há previsão de remuneração compensatória (quarentena) pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

38. Benefícios Concedidos

	30/09/2022	31/12/2021
Auxílio Creche	89.093	83.049
Auxílio Alimentação	815.872	1.061.433
Assistência Médica	267.466	322.803
Total	1.172.431	1.467.285

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no exercício de 2022 comparado ao de 2021.

42. Quadro comparativo

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2006, apresentamos a conciliação dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em 30/09/2022 – data de extinção da sociedade, com as respectivas descrições das diferenças:

	6.404/76	SIAFI	Diferença	Obs.:
ATIVO				
Caixa e equivalentes de Caixa	76.637.095	76.637.095	-	
Acordo de Parceria	12.993.292	12.993.292	-	
Tributos a recuperar	816	816	-	
Adiantamento a empregados	843.813	843.310	503	
Clientes a receber	5.618	5.618	-	
Estoque	275.953	275.953	-	
Despesas antecipadas	800.330	800.330	-	
Depósitos recursais/judiciais	664.471	664.471	-	
Imobilizado	6.124.209	1.853.133	4.271.076	(a)
Intangível	110.529.431	114.800.507	(4.271.076)	(a)
Total do Ativo	208.875.028	208.874.525	503	
PASSIVO				
Obrigações com pessoal, encargos e consignações	5.359.142	5.356.487	2.655	
Fornecedores	6.531	6.531	-	
Tributos a recolher	286.372	286.372	-	
Termo de Execução Descentralizada	17.145.161	17.145.161	-	
Conta Vinculada a Caução	3.937	3.937	-	
Arrendamento mercantil Curto Prazo e Longo Prazo	5.401.137	5.401.137	-	
Provisões para contingências	2.729.120	2.729.120	-	
Capital Social	169.406.318	169.406.318	-	
Crédito para Aumento de Capital	23.335.322	23.335.322	-	
Resultado de Exercícios anteriores	(27.563.252)	(30.465.560)	2.902.308	(b)
Resultado do Exercício	12.765.240	15.669.700	(2.904.460)	(b)
Total do Passivo	208.875.028	208.874.525	503	

Destacam-se no período as seguintes diferenças:

- A diferença refere-se à apropriação do Direito de Uso, decorrente da adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no ativo imobilizado enquanto no SIAFI foi apropriado no ativo intangível seguindo as situações de registro disponibilizadas pelo sistema.
- Em 2020 a EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada nº 01/2020, firmado com a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a título de adiantamento na rubrica “Acordo de Parceria”, pelos trabalhos que entregaria à EPL para cumprimento do objeto do TED. Dessa forma, na contabilidade societária houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD (situação análoga à de adiantamento a fornecedor), bem como de um passivo pelo TED a comprovar à SFPP. No SIAFI, por não ter tido tempo hábil para avaliação da situação antes do encerramento do exercício, apenas houve o reconhecimento do passivo relacionado ao TED. Dessa forma, tanto em 2020 quanto em 2021, havia diferença no valor registrado no ativo relacionado ao adiantamento ao PNUD. Em setembro de 2022, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, houve a aprovação do Relatório Final de Cumprimento do Objeto do TED nº 01/2020, concomitantemente a EPL aprovou a entrega do trabalho do PNUD, então baixando na contabilidade societária o adiantamento concedido. A seguir, apresenta-se a conciliação dos efeitos no resultado:

	30/09/2022
Resultado do Exercício no SIAFI	15.669.700
Baixa do adiantamento ao PNUD	(3.227.225)
Fornecedores	335.826
Demais ajustes	(13.061)
Resultado do Exercício	12.765.240

As diferenças acima apresentadas devem-se a contabilizações ocorridas após a data limite do fechamento contábil no âmbito do SIAFI.

Mateus Szwarcwing
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Alessandro Reichert
Diretor de Planejamento

Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC - SC 034016/O-7 T-PR